



Intervenção inicial do Ministro do Planeamento na audição das Comissões de Orçamento e Finanças e de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação sobre o Orçamento do Estado para 2020

Assembleia da República, 15 de janeiro de 2020

A. Introdução

- Entre 2014 a 2018 as exportações portuguesas aumentaram o seu peso no PIB em 2,9 pontos percentuais. No mesmo período, o peso do investimento cresceu também em 2,1 pontos percentuais.
- São duas variáveis que marcam a qualidade do crescimento da economia portuguesa e fundamentam a sua sustentabilidade e para as quais os instrumentos do Portugal 2020 foram muito relevantes:
 - Impulsionando o investimento privado em inovação e internacionalização, através dos sistemas de incentivos:
 - Financiando o investimento público das administrações públicas
- O OE 2020 prevê um conjunto importante de medidas que vão permitir continuar a acelerar a execução dos fundos estruturais, prevendo, nomeadamente, a não aplicação de cativações aos investimentos cofinanciados, criando e disponibilizando uma dotação centralizada para financiamento de contrapartida nacional e facilitando o acesso de municípios à linha de crédito do BEI.

B. Execução Portugal 2020

C.1. Evolução global

- Até ao final de 2019, foram aprovados pelo Portugal 2020 financiamentos de 23,4 mil M€, que representam 91% do total dos fundos orçamentados (26 biliões de €).
- Em termos de execução efetiva, estavam realizados em 31 de dezembro 11,5 mil M€, ou seja 45% do total do orçamento do PT 2020.
- São várias as evidências de que nos posicionamos bem em matéria de execução de fundos:
 - a. Desde logo, porque continuamos a liderar o ranking europeu de execução efetiva entre os EM maiores beneficiários;
 - b. Cumprimos em todos os anos a chamada regra de guilhotina – $n+3$;
 - c. O esforço médio anual de execução a realizar até ao final do PT 2020 (3,6 mil milhões €) é menor do que o QREN tinha pela frente na data homologa (3,7 bis);
- Estão a ser desde já preparadas medidas que antecipem eventuais problemas futuros. É o caso da anunciada Bolsa de Recuperação que tem como objetivo identificar projetos aprovados, mas com atrasos reiterados na sua utilização; após uma fase tentativa de regularização, os apoios não utilizados serão desativados, sendo as

verbas libertas colocadas a concurso para apoio a novos projetos. Os trabalhos preparatórios estão na fase final de conclusão e o processo arrancará no próximo mês após aprovação do sistema pela CIC do Portugal 2020.

Ainda no domínio do atual PT 2020, queria sublinhar alguns aspetos particulares de duas áreas de investimento muito relevantes – o investimento empresarial e o investimento público.

C.2. Investimento empresarial

- Na área dos incentivos ao investimento produtivo empresarial, estão aprovados 15.200 projetos, com um investimento superior a 11,1 mil M€, apoiados com incentivos de 5,5 mil M€.
- São domínios prioritários de investimento: a inovação produtiva de produtos e processos, a I&D empresarial, que atingiu um valor de despesa apoiada de 1,3 mil M€, dos quais 62% foram organizados em co-promoção com universidades e o apoio à internacionalização das PME.
- Ao todo os 4 000 projetos de inovação produtiva preveem criar perto de 48 mil PT, dos quais cerca de dois terços serão qualificados.
- A elevada adesão das empresas aos incentivos do PT 2020 originou um esgotamento do orçamento a que a Reprogramação de 2018 teve de dar resposta. Negociou-se com a CE a aplicação de um instrumento que aliou os subsídios tradicionais com os empréstimos bancários com garantias e bonificação do PT 2020.

- O primeiro concurso do SI Inovação nesta modalidade aprovou 561 projetos com um investimento de 1,2 mil M€. Aos incentivos tradicionais de 326 M€, juntaram-se mais 195 M€ financiados por instituições de crédito ao abrigo do esquema protocolado.
- Finalmente, refira-se que pela 5ª vez consecutiva desde o Plano 100 foi ultrapassada a meta de pagamentos às empresas para 2019, com 2.735 milhões euros. Registe-se o record mensal de pagamentos de sempre de incentivos às empresas em dezembro passado, com pagamentos de 195 Milhões de euros.

Passando à informação sobre o investimento público.

C.3. Investimento público

- 2019 foi o primeiro ano onde o investimento público começou a ganhar significado no contexto da execução do Portugal 2020.
- Os 950 M€ de investimento público (realizados na ótica de FBCF) e cofinanciados por fundos estruturais do PT 2020 representam cerca de 23% do total do investimento público realizado em Portugal e perto de 25% do total dos valores executados nos fundos de coesão.
- Para 2020 e prevê-se um crescimento moderado do nível de investimento público no PT 2020 - crescimento de 11%, equivalente a 1050 M€, incluindo 400 M€ destinado ao investimento classificado no OE como de estruturante.

- Ao todo, o investimento público cofinanciado reparte-se entre as administrações Públicas Centra, Regional e Local, de forma equilibrada por diversas áreas - Ferrovia 2020, Portos, Metropolitanos, Saúde, Escolas, Cultura, Ambiente, água, Reabilitação Urbana, Energia Renováveis, etc..

C. Negociações do novo QFP e novo período de fundos europeus

- Portugal, desde o início, considerou como inaceitável a proposta da CE que fixava o teto em 1,11% do RNB dos 27 EM para o período de 2021 a 2027;
- As novas prioridades (Inovação, Segurança interna, Defesa, Migrações) saíam reforçadas, mas à custa de reduções na Coesão (-10%) e na PAC (-16%).
- Um orçamento claramente insuficiente para responder à ambição da Europa e das suas prioridades (as novas e as de sempre); foi e tem sido a nossa posição em defesa dos nossos interesses
- Portugal manteve, ao longo destes quase vinte meses de negociações, uma posição firme, mas igualmente com alguma distância em relação a posições mais extremadas.
- Quando foi necessário assumimos as nossas posições com clareza, como no último Conselho Europeu, propondo que o QFP 2021-2027 não deveria ser inferior a 1,16 % do Rendimento Nacional Bruto, situando-a entre a posição da Comissão (1,11%) e a do PE (1,3%)



- Portugal não aceita a redução das dotações destinadas a apoiar os seus esforços de convergência. Para nós a Política de Coesão é um compromisso político de primeira importância da União Europeia, que não pode ser menorizado.
- Reconhecemos a necessidade do QFP responder aos novos desafios sejam a descarbonização, a transição digital, as migrações ou a segurança. Mas não aceitamos que isso seja feito à custa da redução dos recursos da Política Coesão e da Política Agrícola.
- Para além da dimensão financeira temos ainda outras frentes abertas de problemas por resolver, sendo as mais relevantes:
 - a) Atualização estatística dos dados para o cálculo das dotações da Política de Coesão, que implicaria uma quebra adicional para Portugal;
 - b) Manutenção das taxas atuais de cofinanciamento e das regras de gestão financeira (introdução gradual da regra n+2);
- Outra questão torna-se também fonte de grande preocupação. Começamos a ter neste momento um problema muito sério de prazos para que haja decisões da União Europeia em tempo útil.
- Para alinhar temporalmente com o que se passou no atual período de programação, devíamos neste momento estar a aprovar o novo QFP.
- Não quereríamos sujeitar de novo a economia portuguesa a mais um arranque atrasado de um quadro comunitário de apoio. Mas também



não quereremos certamente um acordo a qualquer preço, só para o ter a tempo.

- Um apelo final que desejo formular neste processo do QFP. Sem elidirmos as nossas divergências políticas e de opinião sobre muitos dos aspetos que, a seu tempo teremos oportunidade de visitar e discutir, julgo que ganharíamos todos, Governo, Deputados da Assembleia da República e Eurodeputados do Parlamento Europeu em acordar uma base comum que possa suportar as posições negociais nas diversas sedes em que o processo será decidido.

D. O Ministério do Planeamento – a sua nova missão

- Finalizo com uma breve explicação sobre a nova missão deste Ministério – a revitalização da função Planeamento nas atividades governativas.
- Planear e avaliar foram tarefas, que ao longo das últimas décadas foram sendo desvalorizadas em gerações sucessivas de modelos governativos, invocando-se impossibilidades de previsão ou do exercício prospetivo ou até as falências de muitas das cenarizações em contextos instáveis. A prevalência de abordagens que privilegiaram resultados de curto prazo, acabaram por originar o definhamento progressivo da função Planeamento.
- Para melhor sucedermos nas políticas públicas necessitamos de reintroduzir mais prospetiva, mais programação, mais controlo e mais avaliação nas nossas políticas públicas. Mais PLANEAMENTO, portanto.



- Temos de reduzir os níveis de assimetria de informação para podermos, primeiro, formular melhor as políticas públicas, para depois, na sua aplicação, atuar em igualdade de conhecimento.
- Vai ser essa a missão primeira deste Ministério Planeamento, começando por o que é mais relevante no projeto, pelos recursos humanos, recrutando perto de uma centena de jovens, recorrendo à Bolsa de Recrutamento dos 1.000 novos licenciados, atualmente em curso.
- Criaremos uma rede dentro de um Centro de Competências de Políticas Públicas, para suportar não só o Ministério do Planeamento e o Ministério da Presidência, mas todas as outras áreas governativas.

Obrigado